

SOL

01-07-2011

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 64538

Temática: Justiça

Dimensão: 361

Imagem: S/Cor

Página (s): 21

Burla de 1,2 milhões na Justiça

Instituto público não detectou em tempo útil descontos de cheques falsificados

Luís Rosa

O INSTITUTO de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas de Justiça (IGFLJ) demorou três anos a detectar falsificações de cheques que tinham sido emitidos com o valor de algumas dezenas de euros, mas que acabaram por ser descontados por valores entre os 8.850 euros e os 445 mil euros. As contas do IGFLJ acabaram por perder, entre 2004 e 2007, cerca de 1,2 milhões de euros – valor que acabou por ser repostado pela Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Estes dados constam de uma acusação deduzida na semana passada pelo Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa (DIAP), liderado pela procuradora-geral-adjunta Maria José Morgado, contra 84 arguidos, por associação criminosa, burla qualificada, falsificação de documentos,

branqueamento de capitais, entre outros crimes.

Nenhum funcionário do IGFLJ foi acusado, nem o despacho refere a suspeita de que os acusados tenham tido a colaboração de algum funcionário. Mas a investigação não conseguiu apurar a forma como os acusados entraram na posse dos cheques que o IGFLJ enviou para 17 cidadãos e empresas. Já outros cheques de particulares foram obtidos através do assalto a marcos de correio.

O inquérito do DIAP nasceu da junção de 48 outros inquéritos que estavam a ser investigados de forma desarticulada.

Do núcleo central da acusação, consta o desvio de 17 cheques emitidos pelo IGFLJ entre 2004 e 2007, totalizando 1,3 milhões de euros. Tais cheques, segundo a acusação, tinham valores entre os 27,93 euros e os 379,33 euros – tendo sido altera-



Os cheques falsificados eram emitidos pelo Instituto de Gestão Financeira da Justiça

dos pelos acusados para valores entre os 8.850 euros e os 445 mil euros.

Dos 17 cheques, foram pagos dez, num valor total de 1,2 milhões de euros. Sete foram devolvidos depois de o IGFLJ e a CGD implementarem, em 2007, um sistema informático que permitiu ao banco verificar o valor real do cheque. Dessa forma, ainda se evitou a perda de mais 132 mil euros.

Fonte oficial do IGFLJ con-

firou estes dados que constam da acusação do DIAP de Lisboa. E lembra que, só em 2007, «emitiu 218 mil cheques» – enfatizando, assim, o facto de o número total de cheques falsificados ser diminuto.

Lâminas de barbear e x-actos

Segundo a acusação, a falsificação dos cheques era feita com recurso a lâminas de

barbear e de x-actos, com os quais raspavam a tinta das letras e números escritos ou impressos. Outro método, mais sofisticado, passava pela utilização de computadores e *software* específico. No final, os arguidos escreviam os números e os nomes que desejassem.

Depois de terem o cheque na sua mão, os arguidos tentavam sempre obter documentos de identificação falsos (BI, autorizações de re-

sidência e facturas de televisão paga, luz e água) que lhes permitisse abrir contas bancárias e depositar os cheques. Através do levantamento em dinheiro ou de transferências em cascata, tentavam esconder a origem. Quanto não tinham documentação falsa, os arguidos 'alugavam' contas bancárias a conhecidos seus, pagando-lhes uma pequena comissão (entre 100 e 1.000 euros).

Pela leitura da acusação, constata-se que diferentes grupos de indivíduos, que não se conheciam entre si, conseguiram levar a cabo o mesmo tipo de burla. Curiosamente, os cheques do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social também foram um alvo privilegiado dos arguidos – mas, neste caso, nunca tentaram alterar os valores originais, alterando apenas o nome do portador, para levantarem o dinheiro.